

A URGÊNCIA DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA PESSOA NA CIDADE DE BURITI DOS LOPES - PI

Autores: Cristiane de Sousa Moura Teixeira; Germana Maria dos Santos Machado, Jaira Machado da Silva; Quésia dos Santos Alves; Rayka Regina Gomes Freitas.
Universidade Federal do Piauí – Letras-LIBRAS-UFPI/PARFOR

Introdução

No contexto cotidiano nos deparamos como uma diversidade de sujeitos cada um com suas particularidades, desejos e necessidades. No entanto, a sociedade nos dá indícios de uma padronização, principalmente, quando se trata do atendimento nos órgãos públicos.

Em virtude disso, entender as diferenças é o primeiro passo para levantar discussões sobre a problemática da construção de políticas de inclusão com o intuito de promover a igualdade de oportunidades para todos, sobretudo, às pessoas com deficiência.

No caso de uma pessoa surda, a inclusão na sociedade se dá em várias etapas a começar pelas políticas públicas. Estas se situam nas esferas federal, estadual e municipal e surgem a partir das problematizações oriundas do cotidiano da população as quais incluem a realidade escolar. No entanto, antes de tratarmos de forma específica das políticas de inclusão da pessoa surda, entendemos ser importante esclarecer no que consistem as políticas públicas, para que assim possamos compreender a importância desta na vida social.

De acordo com Aurélio (2013, p. 434):

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Ao correlacionarmos este conceito com o que nos diz Gesser (2009) sobre a questão dos surdos terem sido privados de se comunicarem em sua língua natural durante séculos e sofrem com a negação da tradição da maioria ouvinte observamos que as políticas públicas, no caso de inclusão, não chegaram até essas pessoas e, portanto, elas não tiveram assegurados os direitos de igualdade e liberdade fundamentais.

Com base nessa perspectiva, destacamos que objetivo geral deste estudo foi o de analisar as políticas de inclusão da pessoa surda na cidade de Buriti dos Lopes-PI. E como específico, nos propomos a verificar quais as políticas de inclusão da pessoa surda

implantadas na cidade de Buriti dos Lopes-PI; Provocar discussões sobre as dificuldades de implantação das políticas públicas para surdos; Refletir sobre as ações realizadas pela esfera municipal em relação à pessoa surda; Difundir a importância das implicações das políticas de inclusão na prática docente.

Para a concretude deste trabalho tomamos como principais referenciais teóricos autores estudiosos da cultura surda como Sales (2004), Gesser (2009), Miorando(2006), Quadros(2017), Reily (2006) , dados do IBGE (2017) entre outros.

Metodologia

Trata-se de um estudo documental e de campo de cunho qualitativo do tipo descritivo no qual empregamos como técnica de levantamento de dados a entrevista semiestruturada a qual foi realizada junto s Secretária de Educação e Assistência social e ainda a presidente da câmara de vereadores.

A primeira entrevista foi feita com a secretária de educação no dia seis de março do corrente ano às 10h da manhã. A segunda entrevista se deu no dia 20 de março às 9h da manhã. Já na realização da terceira entrevista foram feitas três visitas, sendo uma no dia 28 de março, outra no dia 03 de abril, e a última no dia 19.

A entrevista era composta de quatro questões voltadas para as políticas de inclusão e as dificuldades de implementação das mesmas. Após a leitura e organização dos dados, analisamos estes considerando o que indica a literatura pertinente ao tema encontrado.

Resultados e Discussão

Foram elaboradas quatro perguntas referentes a políticas públicas de inclusão de surdos respondidas por três gestoras de esferas diferentes sendo uma secretária de educação, uma secretária de assistência social e uma presidente da câmara de vereadores da cidade de Buriti dos Lopes-PI.

Quando questionadas sobre a importância das políticas de inclusão, as entrevistadas responderam:

***Secretária de educação:** Sim. Elas são importantes porque orientam o trabalho do gestor para que este possa tomar as devidas providencias no atendimento dos alunos surdos ou com qualquer outra deficiência.*

Secretária de Assistência Social: *Sim. Porque é por meio da inclusão que podemos viabilizar os direitos assegurados na Constituição Federal a todos os cidadãos, em especial os com deficiência.*

Presidente da Câmara de Vereadores: *Sim. Porque elas permitem a todos ter acesso aos mesmos serviços.*

Observamos nas respostas dadas que há o reconhecimento da importância das políticas de inclusão por parte das participantes. No entanto, há um aprofundamento maior nas duas primeiras respostas, fato que mostra um maior engajamento no assunto, ou seja, elas têm consciência de que o serviço público que oferecem de acolher a todos, inclusive o surdo.

Essa proposta de acolhimento corrobora com o que nos trás Quadros (2017) ao mencionar que o ato de acolher a todos em suas diferenças não implica numa submissão do grupo dominante. Ela diz que os surdos são um bom exemplo disso, pois mesmo esmagados pela hegemonia ouvinte que tenta anular a sua forma de comunicação (a língua de sinais) e procura assemelhá-los cultural e linguisticamente aos ouvintes resistem a essa imposição, reivindicando seus direitos linguísticos e de cidadania.

Os entrevistados foram questionados sobre que políticas de inclusão já foram implantadas no município e quais medidas serão implantadas e se há um prazo de execução das mesmas as respostas foram:

Secretária de Educação: *Bem, até o momento não me foi repassado nada em específico para o público surdo, mas apenas me foi passado às demandas de outras deficiências como autismo e deficiência física e que temos que acolher esses alunos. As medidas já implementadas são o transporte escolar específico e a criação da sala de AEE.*

Secretária de Assistência Social: *No município de Buriti dos Lopes são executadas políticas públicas para pessoas com deficiência de um modo geral, não exclusivamente para pessoas surdas, mas tem um projeto de lei que ainda está para ser votado que trata da pessoa com deficiência que com certeza proporcionará grandes benefícios às pessoas surdas. Este projeto será implantado ainda neste semestre.*

Presidente da Câmara de Vereadores: *A única política relacionada à inclusão do município da qual tenho conhecimento era a APAE, mas foi fechada em 2013 pela gestão passada via projeto de lei. Sobre alguma medida tem um projeto de lei que cria um conselho da pessoa com deficiência para o município, mas exatamente quando ele entra em vigor não sei dizer. E para os surdos não temos nada em específico.*

Percebemos nas falas das duas primeiras profissionais que há um conhecimento a respeito da inclusão e de como deveria ser a política de inclusão determinada por lei, no entanto elas dependem de outras instancias governamentais para realizar um trabalho inclusivo que atenda a diferentes tipos de deficiência inclusive a surdez. Na terceira fala se evidencia o reconhecimento da falta de informação em relação ao assunto discutido neste trabalho, seja por falta de organização da câmara municipal, seja por falta de interesse dos integrantes do poder legislativo municipal em relação à cultura surda.

Sobre a cultura surda Quadros (2017, p. 57), salienta "(...) a identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual, essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural". Desta forma, entende-se que a identidade dos surdos é o conjunto de traços que o distingue dos ouvintes, representada por uma cultura específica, resultante das interações entre surdos.

Isto significa que para criar ou mesmo operacionalizar uma política de inclusão para a pessoa com surdez não apenas focar na comunicação, mas sim em toda uma cultura que perpassa os limites da linguagem.

Durante a realização da entrevista também questionamos acerca das dificuldades existentes para implantar as políticas de inclusão da pessoa surda, sobre isso, os participantes informaram:

Secretária de Educação: As dificuldades são muitas. A primeira delas é saber qual a demanda, ou seja, se existe uma clientela surda no município, já que os pais muitas vezes mantêm esses alunos em casa, não fazem matrícula ou se fazem nem procuram a secretaria para solicitar atendimento adequado. E as outras dificuldades vão desde aquisição de informação por parte dos profissionais até encontrar profissionais qualificados ou dispostos a trabalhar com essa clientela.

Secretaria de Assistência Social: São muitas as dificuldades encontradas, como: identificação de quantos e quem são estas pessoas, falta de sensibilização do poder público e da sociedade em geral para com o surdo, com profissionais capacitados e equipamentos adequados para atender esta demanda.

Presidente da Câmara de Vereadores: Assim, não podemos dizer que esta casa (câmara municipal) tem alguma dificuldade, pois nenhum município ainda não nos procurou com estas necessidades. Sobre essa questão da surdez apenas a equipe de vocês (equipe de pesquisa) e sobre deficiência em geral a assistência social do município com a proposta da criação do conselho da pessoa com deficiência e a reabertura da APAE.

Essas dificuldades apontadas podem servir para abrir caminhos no sentido discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital e escolar da comunidade surda ao invés de servir como impedimento para tal. Desta forma cabe, as esferas governamentais se articularem na intenção de criar, operacionalizar e fiscalizar as políticas públicas que atendam as necessidades da população com ou sem deficiência. .

Reforçando essas concepções (Skiliar, 1997) diz que a surdez está associada à experiência da deficiência, e vale ressaltar também que ela é "uma diferença a ser politicamente reconhecida". Entendida e aceita como algo diferente o surdo ao viver dentro de um contexto empírico de realidade social passa a entender melhor suas perspectivas, suas angústias, expectativas e paradigmas individuais e sociais.

E, por fim, questionamos sobre o que tem sido feito pela sua instituição ou secretaria para incluir as pessoas surdas?

Secretária de Educação: *No momento a secretaria de educação não foi informada sobre a presença de nenhum aluno surdo na rede municipal. Mas estamos à disposição da comunidade.*

Secretaria de Assistência Social: *A assistência tem projetos do CRAS, são realizados encaminhamentos para a solicitação do benefício de prestação continuada- BPC, orientações sobre os direitos da pessoa surda, viabilização de passe livre entre outros.*

Presidente da Câmara de Vereadores: *Atualmente estamos estudando o projeto da criação do conselho da pessoa com deficiência do município.*

Percebemos nestas respostas um suave esboço de mudança sinalizada pelas políticas desenvolvidas pela assistência social, pela disponibilidade da secretária de educação e pela atenção dada aos projetos de criação do conselho da pessoa com deficiência e da reabertura da APAE. Mas apesar disso, a cidade ainda está longe de realizar um processo inclusivo de verdade já que as políticas públicas ofertadas atualmente focam no assistencialismo ao invés de promover a autonomia das pessoas atendidas por meio da valorização da sua identidade cultural.

A identidade cultural surda é formada através do pertencimento a uma cultura, por isso, o surdo está sempre em situação de necessidade com o outro igual, sendo a cultura surda o local onde o surdo constrói sua subjetividade de forma a assegurar a sua sobrevivência e a ter seu status dentro das múltiplas culturas (QUADROS, 2017).

É nesse âmbito que se encontra o grande desafio da inclusão da pessoa surda na sociedade, pois o desconhecimento da sua cultura e o relativismo enraizado numa sociedade que prioriza o que é homogêneo impede dessas pessoas serem reconhecidas como detentoras de direitos como reza a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

Considerações Finais

Diante das discussões levantadas na construção desta pesquisa, podemos inferir que a inclusão das pessoas com deficiência em especial, o surdo, enfrenta desafios principalmente no que diz respeito à elaboração, efetivação e fiscalização de políticas públicas que visem sua autonomia e qualidade de vida.

Por mais que exista um discurso oficial de políticas de inclusão não há uma adesão significativa por parte da sociedade civil nem tão pouco pelas gestões estaduais, municipais e federais dessas mesmas políticas. Isso porque problematizar essas questões políticas envolvem aspectos éticos, epistemológicos, sociais e nem todos os envolvidos na criação e efetivação de uma política pública estão preparados para realização de tal tarefa.

A carência de informações sobre as particularidades da cultura surda acabam por incluí-lo nas políticas de inclusão de modo generalizado, fato adotado constantemente. É preciso dar mais visibilidade a pessoa surda na comunidade para que sua cultura seja conhecida e posteriormente respeitada a fim de se corrigir como os que vêm ocorrendo e assim, evitá-los.

Mas uma das maiores contribuições foi poder ver de perto como as políticas públicas emergem e se operacionalizam mesmo com tantos entraves e impedimentos e principalmente ajudar a construí-las no sentido de melhorar a vida das pessoas que necessitam de tais políticas.

Esperamos que o conselho da pessoa com deficiência do qual faremos parte seja aprovado pela Câmara Municipal da comunidade e que possam vir novas oportunidades tanto para a pessoa com surdez quanto para as pessoas com outras deficiências a fim de sanar a urgência dessas políticas públicas em nossa cidade.

Referências

AURELIO. O Mini Dicionário da Língua Portuguesa. 4ª. Ed. ver. e ampl. **Mini Dicionário Aurélio**. 7ª. impressão – Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL, IBGE. Senso Demográfico, 2016. Disponível em: www.ibge.gov.br <acesso em 03 mar. 2017>.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.

SKLIAR, Carlos, **Educação & exclusão: abordagens sócioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.